

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2021

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empresa vencedora da licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 31 de março de 2021.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, elaborou, em 31 de dezembro de 2020, laudo de avaliação para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, que naquela data estavam registrados pelos montantes de R\$ 1.292.732.673 e R\$ 3.207.239, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, o referido laudo de avaliação não atendeu a todos requisitos da referida norma. Para 31 de março de 2021, a Administração da Companhia, não elaborou novo laudo de avaliação para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados pelos montantes de R\$ 1.280.675.937 e R\$ 2.716.854, respectivamente, não estavam, em 31 de março de 2021, registrados por valor acima do seu valor recuperável. Como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre os possíveis ajustes para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e ativo intangível. Bem como, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto aos efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 31 de março de 2021.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis da Companhia não atende os critérios de reconhecimento de provisão conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 25 parágrafo 14. Nessas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 - Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na nota explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 31 de março de 2021.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

Outros assuntos

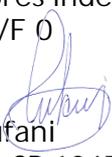
Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Porto Alegre - RS, 23 de maio de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC RS 005519/F 0


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em Reais)

| ATIVO | | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|--|------|----------------------|----------------------|---|------|----------------------|----------------------|
| | NOTA | 31/03/2021 | 31/12/2020 | | NOTA | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | PASSIVO CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 140.376.370 | 172.972.671 | Fornecedores | 14 | 25.534.448 | 18.880.592 |
| Créditos a receber | 5 | 2.419.016 | 2.113.403 | Impostos e taxas a recolher | | 340.165 | 209.699 |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto | 6 | 5.817.947 | 7.174.913 | Contribuições sociais a recolher | | 3.538.672 | 3.718.979 |
| Adiantamento de férias e débitos de empregados | 7 | 4.021.459 | 3.528.567 | Obrigações trabalhistas | 15 | 17.795.763 | 18.140.690 |
| Adiantamento de fornecedores | | 97.287 | 97.287 | Adiantamento de Clientes | 16 | 2.512.352 | 2.738.931 |
| Direitos a receber | 8 | 216.555 | 212.776 | Credores por convênios | 17 | 1.132.611 | 1.048.961 |
| Impostos a recuperar | | - | - | Credores por depósitos | | 93.482 | 93.482 |
| Estoques | 9 | 16.025.809 | 16.803.680 | Plano de Previdência - Equacionamento | 25c | 328.226 | 440.442 |
| Despesas do exercício seguinte | | 121.217 | 177.825 | | | 51.275.719 | 45.271.776 |
| | | 169.095.659 | 203.081.124 | | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Provisão para contingências trabalhistas | 18a | 92.887.140 | 95.727.104 |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | | 675 | 675 | Provisão para contingências cíveis | 18b | 23.865.400 | 23.835.766 |
| Depósitos judiciais | 10 | 18.674.152 | 18.476.337 | Provisão IR/CS diferido | 12c | 17.080.677 | 17.363.887 |
| Débitos de empregados | 7 | 118.841 | 118.841 | Adiantamentos para aumento de capital | 20a | 758.288 | 590.643 |
| Garantias à Juízo | 11 | 33.612.105 | 28.244.244 | Obrigações Trabalhistas | 15 | 686.688 | 686.688 |
| Penhora s/ receita própria | 11 | 461.127 | 461.127 | Plano de Previdência - Equacionamento | 25c | 1.452.049 | 1.452.049 |
| | | 52.866.901 | 47.301.224 | | | 136.730.242 | 139.656.137 |
| Investimentos em participações societárias | | 22.696 | 22.696 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Imobilizado | 12 | 1.280.675.937 | 1.292.732.673 | Capital social | 19a | 2.014.563.144 | 2.014.563.144 |
| Intangível | 13 | 2.716.854 | 3.207.239 | Adiantamentos para aumento de capital | 20a | 67.442.456 | 67.429.571 |
| | | 1.283.415.488 | 1.295.962.608 | Ajuste avaliação patrimonial | 12b | 33.156.380 | 33.706.141 |
| | | 1.336.282.387 | 1.343.263.832 | Prejuízos acumulados | 19b | (797.789.894) | (754.281.813) |
| | | | | | | 1.317.372.086 | 1.361.417.043 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.505.378.047 | 1.546.344.956 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.505.378.047 | 1.546.344.956 |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em Reais)

| | <u>NOTA</u> | <u>31/03/2021</u> | <u>31/03/2020</u> |
|---|-------------|---------------------|---------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | 21 | 20.838.454 | 36.315.172 |
| Custo dos serviços prestados | 22 | (63.822.335) | (62.274.019) |
| PREJUÍZO BRUTO | | (42.983.881) | (25.958.846) |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (18.588.679) | (18.758.312) |
| Outras receitas e despesas | | 2.369.191 | (471.660) |
| Condenações Trabalhistas | | (419.595) | (60.635) |
| Provisão/reversão ações trabalhistas | 18a | 2.778.793 | 2.324.060 |
| Provisão/reversão ações cíveis | 18b | (59.582) | (3.068.013) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | 69.574 | 332.928 |
| | | (16.219.488) | (19.229.972) |
| RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (59.203.369) | (45.188.818) |
| RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO | | 3.305.775 | 5.005.411 |
| Receitas financeiras | | 3.482.382 | 5.349.440 |
| Despesas financeiras | | (176.607) | (344.029) |
| SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL | 20b | 11.556.543 | 43.761.545 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | (44.341.051) | 3.578.137 |
| (PREJUÍZO)/LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (44.341.051) | 3.578.137 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO | 24 | - | (728.928) |
| (PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | | (44.341.051) | 2.849.209 |
| Lucro/(prejuízo) por ação do capital social | | -0,0047 | 0,0003 |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais)

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/03/2020</u> |
|---|-----------------------------------|--------------------------------|
| LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO | <u>(44.341.051)</u> | <u>2.849.209</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | <u><u>(44.341.051)</u></u> | <u><u>2.849.209</u></u> |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

| | CAPITAL SOCIAL | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL |
|--|----------------------|---|---------------------------------------|-------------------------|----------------------|
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 2.014.563.144 | 27.906.441 | 35.905.205 | (651.607.828) | 1.426.766.962 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 2.132.492 | - | - | 2.132.492 |
| Aumento de Capital | | | | | |
| Por incorporação de créditos | - | - | - | - | - |
| Total dos resultados abrangentes | - | - | (549.783) | 3.682.213 | 3.132.430 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | 2.849.209 | 2.849.209 |
| Ajuste avaliação patrimonial | - | - | (549.783) | 833.004 | 283.221 |
| Realização da reserva do custo atribuído | - | - | (833.004) | 833.004 | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | - | - | 283.221 | - | 283.221 |
| SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 | 2.014.563.144 | 30.038.933 | 35.355.422 | (647.925.615) | 1.432.031.884 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 2.014.563.144 | 67.429.571 | 33.706.141 | (754.281.813) | 1.361.417.043 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 12.885 | - | - | 12.885 |
| Total dos resultados abrangentes | - | - | (549.761) | (43.508.081) | (44.057.841) |
| Prejuízo do período | - | - | - | (44.341.051) | - |
| Ajuste avaliação patrimonial | - | - | (549.761) | 832.971 | 283.210 |
| Realização da reserva do custo atribuído | - | - | (832.971) | 832.971 | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | - | - | 283.210 | - | 283.210 |
| SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 | 2.014.563.144 | 67.442.456 | 33.156.380 | (797.789.894) | 1.317.372.086 |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em Reais)

| | NOTA | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|---|------|---------------------|--------------------|
| LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO | | (44.341.051) | 2.849.209 |
| AJUSTADO POR: | | | |
| Depreciação e Amortização | | 13.060.614 | 13.073.603 |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | | - | 1.364 |
| Juros atualização financeira sobre adiantamento capital | 20a | 167.645 | 343.908 |
| Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis | 18 | (2.719.212) | 743.953 |
| Provisão para IRPJ e CSSL | 21a | - | 728.928 |
| | | (33.832.004) | 17.740.964 |
| (AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS | | | |
| Créditos pela venda de serviços | | (305.613) | (88.490) |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento | | 1.356.966 | (988.822) |
| Estoques | | 777.872 | 711.222 |
| Tributos e Contribuições a Recuperar | | - | 534 |
| Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais | | (5.565.677) | (2.167.046) |
| Demais contas de Ativo | | (440.062) | (338.641) |
| | | (4.176.514) | (2.871.243) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS | | | |
| Fornecedores | | 6.653.856 | 1.492.224 |
| Impostos e taxas a recolher | | 130.467 | 26.382 |
| Contribuições sociais a recolher | | (180.308) | (276.577) |
| IRPJ/CSLL a Pagar | 20a | - | (668.976) |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos | | (344.927) | 700.919 |
| Credores por convênios e depósitos | | (142.929) | 898.119 |
| Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento | | (112.216) | (115.617) |
| Contingências trabalhistas e cíveis pagas | 18 | (91.118) | (228.489) |
| | | 5.912.825 | 1.827.985 |
| Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais | | (32.095.694) | 16.697.706 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | 12 | (513.493) | (1.540.356) |
| Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos | | (513.493) | (1.540.356) |
| Recursos recebidos para aumento de capital | 23a | 12.885 | 2.132.492 |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento | | 12.885 | 2.132.492 |
| REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4 | (32.596.302) | 17.289.843 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 172.972.671 | 236.834.247 |
| Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício | | 140.376.370 | 254.124.089 |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em Reais)

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/03/2020</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Receita de prestação de serviços | 20.294.152 | 35.511.035 |
| Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões | 599.782 | 886.101 |
| Outras receitas e despesas (líquidas) | 69.574 | 426.929 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | 2.719.212 | (743.953) |
| | 23.682.720 | 36.080.113 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | |
| Materiais consumidos | (1.476.708) | (1.292.183) |
| Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais | (26.461.882) | (24.781.397) |
| | (27.938.589) | (26.073.580) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | (4.255.870) | 10.006.533 |
| Depreciação e amortização | (13.060.614) | (13.073.603) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | (17.316.484) | (3.067.070) |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| Receitas de Subvenções | 11.556.543 | 43.761.545 |
| Receitas financeiras | 3.482.382 | 5.349.440 |
| | 15.038.925 | 49.110.984 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | (2.277.559) | 46.043.915 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (2.277.559) | 46.043.915 |
| Pessoal e encargos | | |
| Remuneração direta | 29.804.539 | 29.174.855 |
| Benefícios | 5.857.702 | 5.914.480 |
| FGTS | 2.373.154 | 2.360.378 |
| | 38.035.394 | 37.449.713 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 3.262.918 | 4.940.595 |
| Estaduais | 10.235 | 37.004 |
| Municipais | 77.051 | 3.066 |
| | 3.350.204 | 4.980.665 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 8.962 | 121 |
| Aluguéis | 501.287 | 420.298 |
| | 510.249 | 420.420 |
| Juros sobre adiantamento de capital | 167.645 | 343.908 |
| (Prejuízo)/Lucro líquido retido do período | (44.341.051) | 2.849.209 |

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) Planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) Planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 23 de maio de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota Explicativa nº 5); realização de direitos a receber (Nota Explicativa nº 8); realização dos estoques (Nota Explicativa nº 9); Vida útil e "impairment" do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12); vida útil dos ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 13); provisão para contingências (Nota Explicativa nº 18); Imposto de renda e contribuição social (Nota Explicativa nº 24); suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota Explicativa nº 25); e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de março de 2021 e 2020, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota Explicativa nº 4); Créditos a receber (Nota Explicativa nº 5); Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota Explicativa nº 6); Direitos a receber (Nota Explicativa nº 8); e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota Explicativa nº 14); adiantamento de clientes (Nota Explicativa nº 16); credores por convênios (Nota Explicativa nº 17); credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota Explicativa nº 20.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acréscimos de rendimentos no período.

b) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

d) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "impairment" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

e) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

g) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa | 18.600 | 18.600 |
| Valores em trânsito | 399.014 | 568.681 |
| Aplicações de liquidez imediata | 139.958.756 | 172.385.390 |
| | <u>140.376.370</u> | <u>172.972.671</u> |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 31 de março de 2021 foi de R\$ 3.151.697 (R\$ 4.962.453 em 31/03/2020).

5. CRÉDITOS A RECEBER

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Créditos de utilização bilhetagem eletrônica | 962.555 | 756.640 |
| Aluguéis, arrendamentos, concessões | 1.759.605 | 1.659.907 |
| (-)Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | (303.144) | (303.144) |
| | <u>2.419.016</u> | <u>2.113.403</u> |

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

| | |
|----------------------------------|----------------|
| Saldo no início do período | 303.144 |
| (+) Provisão | - |
| (-) Reversão | - |
| (-) Recebimento | - |
| Saldo no final do período | <u>303.144</u> |

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

| | <u>31/03/2021</u> | | <u>31/12/2020</u> | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> | <u>Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> |
| Adiantamento de férias | 2.410.965 | - | 3.302.936 | - |
| Adiantamento de 13º salário | 1.285.634 | - | - | - |
| Adiantamento por insuficiência de saldo (a) | 209.541 | - | 147.123 | - |
| Plano de Saúde (b) | 84.254 | 118.841 | 67.729 | 118.841 |
| Débitos de empregados | 31.065 | - | 10.779 | - |
| | <u>4.021.459</u> | <u>118.841</u> | <u>3.528.567</u> | <u>118.841</u> |

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 31 de março de 2021 a provisão é no montante de R\$ 21.446 (R\$ 21.446 em 31 de dezembro de 2020). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

b) Plano de Saúde

A área de Recursos Humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 6.586 (R\$ 6.586 em 31 de dezembro 2020), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Convênio pessoal cedido | 7.432 | 3.708 |
| Depósitos e cauções/outros devedores | 41.562 | 41.507 |
| Dividendos/juros a receber/outros devedores | 9.637 | 9.637 |
| Devedores infração legal e contratual | 157.924 | 157.924 |
| | <u>216.555</u> | <u>212.776</u> |

O valor de R\$ 157.924 referente a devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como perda remota e R\$ 32.801 classificado como perda possível, pela área jurídica da Companhia.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Material de TUES e Veículos | 9.544.787 | 10.136.263 |
| Material da Via Permanente | 2.626.671 | 2.918.370 |
| Sistemas operacionais | 3.299.428 | 3.227.087 |
| Peças e Acessórios de Equipamentos | 77.946 | 78.295 |
| Materiais de expediente e administrativos | 726.326 | 693.014 |
| Ajuste de Inventário Físico | (249.349) | (249.349) |
| | <u>16.025.809</u> | <u>16.803.680</u> |

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos Judiciais Cíveis | 24.123 | 23.765 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas | 18.444.797 | 18.247.340 |
| Processos Judiciais - Rec. Próprios | 205.232 | 205.232 |
| | <u>18.674.152</u> | <u>18.476.337</u> |

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 461.127 (R\$ 461.127 em 31 de dezembro 2020) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 33.612.105 (R\$ 28.244.244 em 31 de dezembro 2020).

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

| Contas | <u>31/03/2021</u> | | | <u>31/12/2020</u> |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| | Vida Útil (anos) | Custo Corrigido | Depreciação Acumulada | Valor líquido |
| Terrenos | - | 45.909.816 | - | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos | 25 | 263.985.076 | (74.053.944) | 191.327.024 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 33,33 | 167.034.314 | (72.606.299) | 95.250.674 |
| Via permanente | 33,33 | 604.946.676 | (133.197.899) | 474.815.450 |
| Sistemas operacionais | 11,11 | 324.387.475 | (145.502.541) | 181.980.874 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | 20 | 368.505.523 | (131.905.495) | 238.800.139 |
| Veículos rodoviários | 3,03 | 1.678.988 | (739.474) | 970.482 |
| Equip. processamento de dados | 4,55 | 5.878.198 | (4.867.248) | 1.120.555 |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | 7,69 | 59.882.855 | (46.066.380) | 14.633.611 |
| Instalações | 9,09 | 29.601.126 | (11.204.879) | 18.933.946 |
| Móveis e utensílios | 10 | 9.542.586 | (7.077.920) | 2.599.870 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 5,88 | 14.085.626 | (9.877.793) | 4.290.487 |
| Imobilizado em curso | - | 10.724.897 | - | 10.487.092 |
| Importações em andamento | - | 63.040 | - | 63.040 |
| Almojarifado de bens imobilizados | - | 11.549.613 | - | 11.549.613 |
| | | <u>1.917.775.809</u> | <u>(637.099.872)</u> | <u>1.292.732.673</u> |

b) Movimentação do Imobilizado

| CUSTO | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/03/2021 |
|---------------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------|-----------------------|----------------------|
| Terrenos | 45.909.816 | - | - | - | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos | 263.985.076 | - | - | - | 263.985.076 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 167.034.314 | - | - | - | 167.034.314 |
| Via permanente | 604.946.676 | - | - | - | 604.946.676 |
| Sistemas operacionais | 324.134.479 | 252.996 | - | - | 324.387.475 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | 368.505.523 | - | - | - | 368.505.523 |
| Veículos rodoviários | 1.678.988 | - | - | - | 1.678.988 |
| Equip. processamento de dados | 5.874.635 | 3.932 | (369) | - | 5.878.198 |
| Equip., máquinas e instrumentos | 59.872.654 | 11.433 | (1.232) | - | 59.882.855 |
| Instalações | 29.601.126 | - | - | - | 29.601.126 |
| Móveis e utensílios | 9.551.179 | 7.328 | (15.921) | - | 9.542.586 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 14.085.626 | - | - | - | 14.085.626 |
| Imobilizado em curso | 10.487.092 | 237.805 | - | - | 10.724.897 |
| Importações em andamento | 63.040 | - | - | - | 63.040 |
| Almoxarifado de bens imobilizados | 11.549.613 | - | - | - | 11.549.613 |
| TOTAL CUSTO | 1.917.279.837 | 513.494 | (17.522) | - | 1.917.775.809 |
| DEPRECIÇÕES ACUMULADAS | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/03/2021 |
| Edificações, estações e depósitos | (72.658.052) | (1.395.892) | - | - | (74.053.944) |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | (71.783.640) | (822.659) | - | - | (72.606.299) |
| Via permanente | (130.131.226) | (3.066.673) | - | - | (133.197.899) |
| Sistemas operacionais | (142.153.605) | (3.348.936) | - | - | (145.502.541) |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | (129.705.384) | (2.200.111) | - | - | (131.905.495) |
| Veículos rodoviários | (708.506) | (30.968) | - | - | (739.474) |
| Equip. processamento de dados | (4.754.080) | (113.537) | 369 | - | (4.867.248) |
| Equip., máquinas e instrumentos | (45.239.043) | (828.569) | 1.232 | - | (46.066.380) |
| Instalações | (10.667.180) | (537.699) | - | - | (11.204.879) |
| Móveis e utensílios | (6.951.309) | (142.532) | 15.921 | - | (7.077.920) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (9.795.139) | (82.654) | - | - | (9.877.793) |
| TOTAL DEPRECIÇÃO | (624.547.165) | (12.570.230) | 17.522 | - | (637.099.872) |
| IMOBILIZADO LÍQUIDO | 1.292.732.673 | (12.056.736) | - | - | 1.280.675.937 |

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 1º de janeiro de 2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 832.971 referente a depreciação e no valor de R\$ 283.210 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 33.156.380 (R\$ 33.706.141 em 31 de dezembro 2020) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 17.080.677 (R\$ 17.363.887 em 31 de dezembro 2020).

d) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, e conforme relatório apresentado por seus especialistas, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

Os resultados alcançados na mensuração do valor recuperável de seus ativos estão apresentados abaixo:

| | |
|--|----------------------|
| | 31/12/2020 |
| Ativos Imobilizados | 1.292.732.673 |
| Ativos Intangíveis | 3.207.239 |
| Total dos Ativos Componentes da UGC | 1.295.939.912 |
| Valor Justo (*) | 1.477.602.480 |
| Redução ao Valor recuperável | - |

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 328.583.296 em 31 de março de 2021.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

| Contas | Vida Útil (anos) | Custo Corrigido | Amortização Acumulada | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Direito de uso de imóveis | indefinida | 1.374.204 | - | 1.374.204 | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones | indefinida | 1.596 | - | 1.596 | 1.596 |
| Marcas e patentes | 10 | 4.872 | (4.872) | - | - |
| Softwares | 20 | 12.734.162 | (11.393.108) | 1.341.054 | 1.831.439 |
| Outras desp. de informática | 10 | 26.000 | (26.000) | - | - |
| | | 14.140.834 | (11.423.980) | 2.716.854 | 3.207.239 |

Movimentação do Intangível

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/03/2021 |
|----------------------------------|---------------------|------------------|----------|----------------|---------------------|
| Direito de uso de imóveis | 1.374.204 | - | - | - | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones | 1.596 | - | - | - | 1.596 |
| Marcas e Patentes | 4.872 | - | - | - | 4.872 |
| Softwares | 12.734.161 | - | - | - | 12.734.161 |
| Outros dispêndios de informática | 26.000 | - | - | - | 26.000 |
| Total custo | 14.140.833 | - | - | - | 14.140.833 |
| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/03/2021 |
| Marcas e Patentes | (4.872) | - | - | - | (4.872) |
| Softwares | (10.902.723) | (490.384) | - | - | (11.393.107) |
| Outros dispêndios de informática | (26.000) | - | - | - | (26.000) |
| Total amortização | (10.933.595) | (490.384) | - | - | (11.423.979) |
| Intangível líquido | 3.207.238 | (490.384) | - | - | 2.716.854 |

14. FORNECEDORES

| Fornecedores Nacionais | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Aquisições Trens | 11.908.792 | 11.919.399 |
| Sist. de energia e comun. | 1.235.854 | 1.235.854 |
| Prestação de serviços | 3.636.842 | - |
| Energia elétrica | 5.660.170 | 2.577.370 |
| Gastos gerais | 3.092.789 | 3.147.969 |
| | 25.534.448 | 18.880.592 |

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

| | 31/03/2021 | | 31/12/2020 | |
|----------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Férias e encargos | 15.479.981 | - | 14.712.770 | - |
| Promoção por antiguidade a pagar | 2.249.569 | 686.688 | 2.249.569 | 686.688 |
| FGTS s/ proc. judicial a pagar | - | - | 1.148.501 | - |
| Outras obrigações trabalhistas | 66.213 | - | 29.850 | - |
| | 17.795.763 | 686.688 | 18.140.690 | 686.688 |

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Credores p/ Venda Créditos | 1.190.332 | 1.255.574 |
| Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI | 1.319.587 | 1.480.924 |
| Adiantamento Clientes Comerciais | 2.433 | 2.433 |
| | <u>2.512.352</u> | <u>2.738.931</u> |

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

17. CREDORES POR CONVÊNIO

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Convênios SESI/SENAI | 125.589 | 110.004 |
| Assistência saúde | 659.067 | 651.891 |
| Credores diversos | 347.955 | 287.066 |
| | <u>1.132.611</u> | <u>1.048.961</u> |

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2021, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 91.227.531 (R\$ 94.039.210 em 31 de dezembro 2020) para ações de empregados e de R\$ 1.659.609 (R\$ 1.687.894 em 31 de dezembro 2020), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>Não Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> |
| Saldo no início do período | 95.727.104 | 123.840.589 |
| (+) Provisão | - | 3.195.928 |
| (-) Reversão | (2.778.793) | (27.775.150) |
| (-) Pagamentos | (61.170) | (3.534.263) |
| | <u>92.887.140</u> | <u>95.727.104</u> |

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31 de março de 2021 compõe-se de R\$ 95.600.281 (R\$ 98.416.235 em 31 de dezembro 2020) sendo ações de empregados R\$ 88.790.850 e R\$ 6.809.431 ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro 2020 está composta como segue:

| | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>Não Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> |
| Saldo no início do período | 23.835.766 | 19.762.532 |
| (+) Provisões | 59.582 | 4.183.994 |
| (-) Reversões | - | (3.978) |
| (-) Pagamentos | (29.948) | (106.782) |
| Saldo no final do período | <u>23.865.400</u> | <u>23.835.766</u> |

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2021 é de R\$ 31.235.191 (R\$ 31.280.111 em 31 de dezembro 2020). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

| <u>Composição Acionária em</u> <u>Acionista</u> | <u>31/03/2021</u> | | <u>31/12/2020</u> | |
|--|----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| | <u>Quantidade</u> | <u>%</u> | <u>Quantidade</u> | <u>%</u> |
| União Federal | 9.522.884.238 | 99,9112 | 9.522.884.238 | 99,9112 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 6.543.949 | 0,0687 | 6.543.949 | 0,0687 |
| Município de Porto Alegre | 1.915.337 | 0,0201 | 1.915.337 | 0,0201 |
| Total | 9.531.343.524 | 100,0000 | 9.531.343.524 | 100,0000 |

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 797.789.894 (R\$ 754.281.813 em 31 de dezembro 2020).

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao artigo 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único artigo 2.º Dec. nº 2.673 de 16 de julho de 98, os recursos recebidos até 31 de dezembro de 2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 1º de janeiro de 2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

No exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 e os encargos decorrentes pela atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 1º de janeiro de 2017 a 31 de março de 2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas.

d) Subvenção para custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 11.556.543 (R\$ 43.761.545 em 31 de março de 2020) composto a seguir:

| Subvenção | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal | (230.113) | 35.561.676 |
| Sentença | 5.867.963 | 1.782.517 |
| Custeio | 5.918.693 | 6.417.352 |
| | 11.556.543 | 43.761.545 |

e) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém não foi aprovada até o encerramento do exercício. Os montantes fixados para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2021, conforme a PLOA é de R\$ 205.136.072. Deste valor, R\$ 164.369.323 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 40.766.749 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

| | PLOA/2021 | Recursos Próprios Fonte 150/180 | Recursos Subvenção Fonte 100 |
|--------------|--------------------|--|-------------------------------------|
| Pessoal | 69.642.438 | 61.680.938 | 7.951.500 |
| Sentença | 26.300.000 | - | 26.300.000 |
| Custeio | 108.193.634 | 101.688.385 | 6.505.249 |
| Investimento | 1.000.000 | 1.000.000 | - |
| | 205.136.072 | 164.369.323 | 40.766.749 |

21. RECEITA LÍQUIDA

| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita bruta | | |
| Serviço de transporte metroviário | 20.294.152 | 35.511.035 |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões | 599.782 | 886.102 |
| | 20.893.934 | 36.397.137 |
| Tributos sobre a receita bruta | (55.480) | (81.965) |
| | (55.480) | (81.965) |
| Receita líquida | 20.838.454 | 36.315.172 |

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos | 26.657.573 | 27.188.252 |
| Serviços de terceiros | 9.822.090 | 11.320.851 |
| Consumo de materiais | 1.385.886 | 1.222.797 |
| Energia de tração | 11.946.884 | 8.144.309 |
| Serviços de utilidade pública | 1.861.809 | 2.301.750 |
| Depreciação | 12.045.838 | 12.056.877 |
| Outros custos | 102.255 | 39.183 |
| | 63.822.335 | 62.274.019 |

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos | 13.989.534 | 14.068.008 |
| Serviços de terceiros | 2.361.722 | 2.190.887 |
| Consumo de materiais | 90.821 | 69.386 |
| Serviços de utilidade pública | 331.333 | 474.787 |
| Depreciação/amortização | 1.014.776 | 1.016.726 |
| Outras Despesas | 800.493 | 938.518 |
| | 18.588.679 | 18.758.312 |

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base no regime do lucro real, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes, a base de cálculo é a seguinte:

| | Imposto de Renda e Contribuição Social | |
|---|--|------------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Lucro antes do IRPJ e da CSLL | (44.341.051) | 3.578.137 |
| Adições/(exclusões) permanentes | 1.111.482 | 1.046.327 |
| Adições/(exclusões) temporárias | (5.456.656) | (1.481.060) |
| (Prejuízo fiscal)/Lucro Real | (48.686.225) | 3.143.404 |
| (-) Compensação prejuízo fiscal - 30% | - | (943.021) |
| (Prejuízo fiscal)/Lucro Real após compensações | - | 2.200.383 |
| Alíquota - 9% | - | 198.034 |
| Alíquota - 10% | - | 214.038 |
| Alíquota - 15% | - | 330.058 |
| Total Imposto | - | 742.130 |
| (-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador | - | (13.202) |
| Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período | - | 728.928 |
| Valor do imposto pago no período | - | 728.928 |

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), o plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04 de novembro de 2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03 de novembro de 2020.

b) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

| Premissas atuariais | |
|---|-------------|
| Taxa de juros atuarial | 4,10% a.a. |
| Taxa de crescimento salarial | Zero |
| Taxa de rotatividade | 0,00% |
| Indexador de reajuste dos benefícios do plano | INPC (IBGE) |
| Tábua de mortalidade válidos | AT - 2000 M |
| Tábua de mortalidade inválidos | EX - IAPC |
| Tábua de entrada em INVALIDEZ | TASA 27 |

c) Conciliação valor presente (obrigações atuariais) e ativos líquidos do plano

| | |
|---|-------------------|
| Ativos líquidos | 31/12/2020 |
| Patrimônio - P | 80.477.303 |
| Passivos atuariais (valor presente) | |
| Benefícios concedidos – A | 34.627.758 |
| Benefícios a conceder – B | 47.549.270 |
| Déficit contratado - C = C1 + C2 + C3 | (3.896.214) |
| Patrocinadora - C1 | (1.892.490) |
| Participante - C2 | - |
| Assistidos - C3 | (2.003.724) |
| Total das provisões - D = A + B + C | 78.280.814 |
| Fundo previdencial – E | 2.667.804 |
| Superávit/déficit atuarial - F = P + D – E | (471.315) |
| Valor do ajuste de precificação = G | - |
| Equilíbrio técnico ajustado - H = F + G | (471.315) |

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2020, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 471.315, esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.339.895, portanto sem a necessidade de equacionamento. A duration do plano foi de 8,36 anos no encerramento de 2020. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 6,56% no ano, isso corresponde a 67% da meta atuarial de 2020 (INPC + 4,10%) que foi de 9,77%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%. O saldo devedor em 31 de março de 2021 é de R\$ 1.851.326,50, com prazo remanescente de amortização de 55 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30 de outubro de 2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30 de outubro de 2018.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a riscos de mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos risco.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 328.583.296.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 1º trimestre de 2021 e de 2020 foram como segue:

| <u>Parte Relacionada</u> | <u>Contrato</u> | <u>Valor contratual</u> | <u>Valores Pagos 1º trimestre 2021</u> | <u>Valores Pagos 1º trimestre 2020</u> |
|--|-----------------|-------------------------|--|--|
| EBC - Empresa Brasileira de Comunicação | 120.17/2015 | 1.750.000 | 12.256 | 62.502 |
| EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos | 120.17/17-1 | 30.000 | 984 | 1.813 |
| Imprensa Nacional | 120.10/15-3 | 250.000 | - | - |
| Total | | 2.030.000 | 13.240 | 64.315 |

| <u>Administrador / Conselheiro</u> | <u>Parte Relacionada</u> | <u>Valores pagos até 31/03/2021</u> | <u>Valores pagos até 31/03/2020</u> |
|------------------------------------|--|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Reine Antônio Borges | Ministério do Desenvolvimento Regional | - | 14.230 |
| Roberta Zanenga de Godoy Marchesi | Ministério do Desenvolvimento Regional | 7.980 | 10.060 |
| Carlos Biedermann | Ministério da Economia | 7.980 | 5.320 |
| Ricardo Richinitti Hingel | Ministério da Economia | 12.488 | 5.320 |
| Ronald Krummenauer | Ministério da Economia | 7.980 | 5.320 |
| Rafel Bicca Machado | Ministério da Economia | 7.980 | - |
| Daniel de Oliveira Duarte Ferreira | Ministério da Economia | 7.980 | - |

29. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

Conforme exposto na mensagem da Administração da Companhia, a TRENSURB assumiu em março, no início da pandemia do COVID 19, cientes de que nossa empresa se constitui num vetor de disseminação viral do Estado: 180 mil passageiros/dia útil, utilizando uma frota de 160 vagões (TUEs-Trens Unidades Elétricas). O desafio era o de combater a lógica, potencialmente trágica. No primeiro dia, determinamos o uso máximo de comboios duplos, oito vagões ao invés dos clássicos quatro, ofertando mais espaço e garantindo mais conforto e segurança aos passageiros. Reforçamos as equipes de limpeza, garantindo, em cada viagem, a completa higienização com álcool nos vagões, corrimãos, catracas, balcões e terminais bancários e nos pontos de atendimento, além do uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em todas as Estações e postos de venda de passagens. Além de lavatórios nas plataformas.

Aos empregados, garantimos assistência médica e ambulatorial para exames e testes (em convênio com o SESI), e encontramos neles um grande espírito de equipe que garantiu o bom resultado da campanha de prevenção.

Além disto, nossos clientes, constatando o ímpeto de nossa campanha de esclarecimento público, tiveram razões objetivas para confiarem na seriedade e qualidade dos serviços prestados à Região Metropolitana.

A Companhia determinou, em função dos Decretos Municipais/Estaduais emitidos devido a pandemia da COVID-19, o fechamento dos espaços comerciais em suas estações, isentando os permissionários da cobrança de aluguel no mês de abril. Em maio, para os que permaneceram com os estabelecimentos fechados, foi mantida a isenção.

Outro fato ocorrido em razão da pandemia, foi a suspensão da implementação do reajuste tarifário previsto para a TRENSURB no ano de 2020, que já estava aprovado de acordo com as diretrizes tarifárias da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que o impacto do COVID-19 na operação da Companhia, provavelmente, será derivado da pandemia no cenário macroeconômico. Julgamos não haver elementos suficientes para se proceder a uma avaliação aprofundada com projeções que alcancem os impactos futuros de médio e longo prazo. Porém, não há risco de continuidade operacional, uma vez que, possível frustração de receita será subsidiada pela União com o aumento da subvenção de custeio.

30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

| Remuneração | Maior | Menor | Média |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| Administradores | 28.699 | 24.759 | 26.874 |
| Empregados | 34.978 | 1.458 | 9.020 |

Porto Alegre, 23 de maio de 2022.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO

Diretor Presidente
CPF 176.117.840-72

GERALDO LUIS FELIPPE

Diretor de Administração e Finanças
CPF 371.129.910-68

LUÍS EDUARDO FIDELL ANTUNES

Diretor de Operações
CPF 906.145.420-49

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA

Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF 029.422.060-71

JAIR BERNARDO CORREA

Gerência de Orçamento e Finanças
CPF 440.204.900-82